

## **A tríplice estrutura de dominação: quem é o outro do outro no capitalismo patriarcal colonial?**

The threefold structure of domination: who is the “other” of the other in colonial patriarchal capitalism?

Carla Fernanda de Lima; Thiago Firmo de Oliveira; Monalisa Pontes Xavier; Guilherme Augusto Souza Prado

Universidade Federal do Delta do Parnaíba

---

### **RESUMO:**

O presente artigo promove uma reflexão acerca da tríplice estrutura de dominação, o capitalismo patriarcal colonial, que sustenta a opressão, as desigualdades, a violência, a subalternização, a marginalização, a exploração, a vulnerabilidade e a exclusão social, e que coloca em um extremo o homem branco rico e no outro a mulher negra pobre. A mulher negra é alocada como sendo o outro do outro nos campos político, econômico, cultural e social, em virtude de ser o outro do homem e o outro do branco, uma antítese da masculinidade e da branquitude, estando, portanto, hierarquicamente na posição mais vulnerável na supremacia patriarcal e colonial do capitalismo. Para a superação dessa realidade, é necessária a transformação da lógica capitalista, que só é possível através de um processo de retirada de máscaras brancas das peles negras, rompendo-se o silêncio, fazendo-se usos da raiva, para, enfim, viver de um amor ético, estético e político.

**Palavras-chave:** capitalismo; patriarcalismo; colonialismo

---

### **ABSTRACT:**

This article promotes a reflection on the threefold structure of domination, the colonial patriarchal capitalism, which sustains the oppression, the inequalities, the violence, the subordination, the marginalization, the exploitation, the social vulnerability and exclusion, and places at one end the rich white man and at the other the poor black woman. The black woman is appointed as being the "other" of the other in the political, economic, social and cultural fields, by virtue of being the "other" of man and the "other" of white, an antithesis of masculinity and whiteness, being, therefore, hierarchically in the most vulnerable position in the colonial and patriarchal supremacy of capitalism. To overcoming this reality, it's necessary the transformation of the logic of capitalism, which it's only possible through a process of removing white masks from black skins, breaking the silence, making use of angers to, finally, live by a ethical-esthetic-political love.

**Key-words:** capitalism; patriarchalism; colonialism

---

É cada vez mais difícil acatar a ideia de igualdade nos espaços públicos e privados no sistema capitalista. A lógica de reprodução do capital se assenta na desigualdade social, na exploração do homem pelo homem, nas relações de poder baseadas na opressão. A configuração do capitalismo tem, de um lado, os donos dos meios de produção que detêm o poder e, de outro, o trabalhador explorado que necessita estar hierarquicamente em uma posição inferior, a fim de sustentar o sistema, que mantém uma luta desigual, tendo sempre o capital como vencedor. Isso se reflete em uma atualização da escravidão natural aristotélica, em que os indivíduos nascem destinados a permanecer no seu compartimento social, em uma ordem imutável, impossibilitando a ascensão vertical na hierarquia social.

O antagonismo entre as classes opressoras e oprimidas leva o operário moderno a descer cada vez mais em sua classe, caindo no pauperismo com o progresso do capital (MARX; ENGELS, 1848). Esse antagonismo amplia a posição desigual que os indivíduos ocupam na sociedade, caracterizando um grau desproporcional de oportunidades, crescimento, participação, efetividade de direitos, acesso a recursos e posições no mercado de trabalho.

O mundo ocidental se sustenta na base da opressão e das desigualdades. No entanto, nesse contexto é difícil sustentar a ideia de que existe uma opressão comum. É necessário considerar a interseção de aspectos variados, que colocam cada indivíduo em uma posição hierárquica, em um compartimento social. É na conjugação entre gênero, classe e raça que as posições sociais se estabelecem (BIROLI, 2018; DAVIS, 2016). Considerar gênero em uma sociedade machista tem fundamental importância e as diversas correntes do movimento feminista têm sua contribuição neste sentido; levar em consideração a classe é basilar, pois o capitalismo se retroalimenta pela existência da mesma. No entanto, raça deve ser considerada previamente a estes aspectos, já que considerar raça é considerar classe. É o negro que está na base da pirâmide social, que está invisível, vulnerável. Em considerando o gênero, a mulher negra se encontra ainda mais à margem, se comparada com o homem negro. Para Florestan Fernandes (1972), o negro se encontra em isolamento espacial, cultural, econômico e social e isso retrata o tratamento dispensado às minorias raciais e étnicas, apontando para a incapacidade da estrutura social de se dirigir para padrões integrativos de reconstrução social.

Avaliar, pois, apenas hierarquias de gênero daria uma concepção inadequada e insuficiente acerca do acesso dos indivíduos a ocupações e recursos, da participação política autônoma e da autonomia nos diversos âmbitos sociais. Não se deve avaliar apenas o sexismo, pois, atrelado a isso, vêm também o racismo e o classismo. Biroli (2018) aponta que a ordem na pirâmide de renda e no acesso a postos de trabalho, escolarização e profissionalização do topo para a base seria: homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Obtém-se, portanto, que as mulheres brancas têm mais acesso às oportunidades do que os homens negros e que as mulheres negras estariam na faixa mais pauperizada e marginalizada da população. Para Kilomba (2019), a mulher negra é o outro do outro, pois é o outro do homem e o outro do branco, a antítese da masculinidade e da branquitude, estando hierarquicamente na posição mais vulnerável na supremacia patriarcal e colonial. Nas palavras de Lélia González (1984), o racismo já se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira e, se articulado com o sexismo, produz efeitos violentos e irreparáveis sobre a mulher negra. Dessa forma, levantar apenas questões de gênero daria uma percepção insuficiente das diferenças hierárquicas moralmente injustificadas que caracterizam as desigualdades que acometem as sociedades modernas.

Este capítulo, portanto, se pautará na discussão de cada aspecto que sustenta a opressão, a exclusão social, que caracteriza uma tríplice estrutura de dominação: o capitalismo patriarcal colonial, que possibilita coexistir em um extremo o homem branco rico e no outro a mulher negra pobre, sendo até redundante falar, no Brasil, de mulher negra pobre, pois falar de mulher negra já é falar de pobreza.

Partindo primeiramente da compreensão acerca das diferenças de gênero, é importante frisar que mesmo diante do crescimento econômico de um país, as desigualdades de gênero ainda permanecem estáticas. Entre os séculos XIX e XX as mudanças políticas conquistadas pela chamada primeira onda do feminismo, incluindo o direito ao voto, o acesso à educação, ao divórcio, criaram um contexto favorável que possibilitou o acesso ao trabalho remunerado e, conseqüentemente, à independência financeira das mulheres (BIROLI, 2018). No entanto, para a autora, o advento do mundo moderno não correspondeu à superação do patriarcado, caracterizado por padrões que implicam desvantagens para as mulheres, em prol dos homens que dispõem do corpo, do tempo e da energia de trabalho e criativa das mulheres.

No decorrer da história, vários movimentos influenciaram positivamente no processo de busca pela superação da opressão e da exclusão às quais esses grupos estão submetidos. Partindo do anseio de diferença de gênero, a primeira onda de conquistas femininas se deu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, inicialmente na Inglaterra, depois em outros países, iniciaram o movimento conhecido como movimento sufragista, conquistando o direito ao voto. Apesar de esse movimento ter tido um papel importante na reivindicação de direitos políticos e sociais, ainda foi considerado muito comportado e conservador, visto que não questionava a equidade de gênero, lutando apenas pelas boas relações entre homens e mulheres.

Em contrapartida, a Conferência Mundial sobre a Mulher, ocorrida em Beijing, capital da China, em 1995, trouxe um real conjunto de discussões e pautas formuladas como programas de Estado para a equiparação de gênero (FARAH, 2004). Na Suécia também o movimento foi além, ainda na década de 1990: as mulheres lutaram por uma maior igualdade de classe dentro e fora dos ambientes nos quais estavam pouco inseridas, ou mesmo, nos espaços em que já estavam inseridas, lutaram para reduzir a disparidade de salários e funções em relação aos homens (SILVA, 2011).

No contexto brasileiro, Nísia Floresta Augusta (1810-1875) foi a primeira mulher a defender publicamente a emancipação feminina e a lutar pela alfabetização de meninas e jovens, pois considerava que a educação seria a única forma de as mulheres tomarem consciência do seu lugar de inferioridade na sociedade (GARCIA, 2015). No final do século XX e início do século XXI, houve um conjunto de pautas sobre equiparação de gênero no país, como o direito à participação na vida política (com o direito ao voto), a entrada no mercado de trabalho, o aumento da escolarização das mulheres. Porém, esta mudança foi gradual e lenta, não havendo um plano de intervenção multidisciplinar e democrático acerca da problemática da classe feminina.

Em se pensando unicamente em questões de gênero, nas últimas décadas houve melhoras na distribuição de renda no Brasil, uma ampliação da formalização do emprego e uma redução na proporção de pobres; no entanto, isso não permitiu apontar uma redução das diferenças salariais entre os sexos - as mulheres, mesmo sendo mais escolarizadas, ganham menos que os homens (BIROLI, 2018; BRUSCHINI, 2007) e, quanto mais perto do topo se chega, menos mulheres são encontradas, sendo que os cargos de poder e prestígio em uma organização ainda são ocupados em sua maioria por homens (ADCHIE, 2015).

Segundo dados do IBGE (2016), no Brasil, 60,9% dos cargos gerenciais (públicos ou privados) eram ocupados por homens, enquanto que apenas 39,1% eram ocupados pelas mulheres; a proporção de trabalhadores em ocupações por tempo parcial (até 30 horas semanais) era maior entre as mulheres (28,2%) do que entre os homens (14,1%); mulheres que trabalham dedicavam 73% mais horas do que os homens aos afazeres domésticos; as mulheres seguem recebendo, em média, cerca de  $\frac{3}{4}$  do que os homens recebem e, na categoria dos empregados domésticos, 92,3% são mulheres.

Para falar em romper com essa realidade, é necessário se indagar de que mulher os dados de IBGE estão falando, qual categoria de mulher, por exemplo, se enquadra nos dados levantados sobre empregadas domésticas? Quais as mulheres que estão representando a categoria nos postos de trabalho menos precários? Quais mulheres chegam a cargos de poder dentro das instituições? É perceptível que as mulheres não compõem um bloco único, elas possuem pontos de partida diferentes (RIBEIRO, 2018b), não se pode analisar, portanto, o contexto das mulheres de uma única perspectiva. Em um contexto da sociedade latino-americana, que é uma sociedade multirracial, pluricultural e racista é necessário considerar o racismo como principal eixo articulador, tendo, portanto, impacto nas relações de gênero, determinando a própria hierarquia de gênero na sociedade (CARNEIRO, 2003).

A crescente feminilidade do século XIX, por exemplo, veio a reforçar o papel da mulher como mãe protetora, recatada, parceira, dona de casa e uma esposa amável para seus maridos. No entanto, havia diferenciações entre as mulheres, pois a mulher negra não coube neste papel - era considerada uma anomalia, já que lhe restava exercer sua função de escrava e trabalhar na lavoura, assim como os homens negros (DAVIS, 2016). O próprio movimento feminista, quando surgiu, na pauta estava o seletivo grupo de mulheres brancas casadas de classe média e alta, que estava entediado de ser dona de casa e de ter que cuidar dos filhos; no entanto, ninguém se preocupou em saber quem ficaria no lugar das mulheres brancas, quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa quando aquelas mulheres tivessem seus direitos conquistados (hooks, 2015). Alguém precisaria substituí-las, ocupar as atividades que elas reivindicavam não mais ocupar. Nesse momento, a interseção entre raça, classe e gênero respondeu a quem restaria ocupar essas funções: a abolição fez da antiga mucama a empregada doméstica. À mulher negra restaria ocupar funções que a mulher branca reivindicava não ocupar.

A mulher negra nem entendeu quando se iniciaram os movimentos feministas, em que as mulheres pediam por oportunidade de trabalho fora do ambiente doméstico, pois ela já trabalhava nas lavouras, nas ruas, como vendedora, quituteira, prostituta (CARNEIRO, 2003). As mulheres negras sempre trabalharam; no entanto, o trabalho a que estiveram submetidas sempre foi o trabalho precarizado, sem qualidade, sem humanidade (ou quase-humanidade), mau trabalho, indecente, à margem, sem valor - o que reforça o lugar (ou não-lugar) dela na sociedade.

A mulher que se beneficiou das conquistas do movimento feminista foi, em quase sua totalidade, a mulher branca, permanecendo a mulher negra em trabalhos domésticos, de serviços gerais, trabalhos informais, sem garantia de direitos trabalhistas, enquanto que a mulher branca, geralmente de classe média, tem ocupado cargos nas áreas educacionais, de saúde, setor administrativo das empresas. As poucas representantes das mulheres negras que conseguem alcançar estes espaços sofrem um processo de branqueamento que “ameniza” as características fenotípicas que a constituem, a fim de negar o espaço conquistado - uma forma de higienizar o espaço do branco. Foi com a disposição básica de ser gente que a mulher negra assemelhou-se à branca a fim de alcançar e se manter em “serviços-de-branco”, organizando-se para a ascensão social (SOUZA, 1983). Nas palavras de Ribeiro (2015a), o branqueamento acontece também na subjetividade, visto que após ascender verticalmente na escala social, o negro tem sua subjetividade colonizada e assume uma visão deformada que acaba por se somar ao contingente branco. Em uma sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam o sentimento de inferioridade e a interiorização do racismo (hooks, 2010). O branqueamento é apenas mais uma das estratégias do racismo estrutural de exclusão da população negra dos espaços sociais.

Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil refletem a reinterpretação da teoria do *lugar natural* de Aristóteles, que colocou, desde o período colonial até os dias de hoje, o homem branco dominante como detentor do poder e o negro, especialmente a mulher negra, no polo oposto (GONZÁLEZ; HASENBALG, 1982). Opressores e oprimidos ocupam espaços físicos diferentes. O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como igual. A mulher negra, além de escravizada para

exercer o mesmo trabalho do homem negro, ainda sofria violência sexual por parte dos seus senhores.

Para participar deste mundo, o negro e o mulato se veem compelidos a sair da sua pele e a se identificar com um branqueamento psicossocial e moral, a se submeter a um imperialismo da branquitude (FERNANDES, 1972), em que o negro tenta se adequar à padronização e uniformização de uma sociedade dominante branca, mas, ao mesmo tempo, deve permanecer no seu lugar de dominado.

Estamos em um sistema que se beneficia com a manutenção do racismo, do preconceito, da discriminação racial, das condições precárias a que o negro está submetido, pois, a partir disso, se mantém a dominação de classe e a conservação de uma força de trabalho explorável, constituída pelos racialmente dominados, mantendo também a mão de obra barata tão necessária para conservação do capitalismo (GONZÁLEZ; HASENBALG, 1982). Nesse cenário surge o “negro de alma branca”, que é o protótipo do negro leal que de devota e obedece ao seu senhor (FERNANDES, 1972), que se submete e se cala frente à opressão, à dominação. Aceitar esse lugar natural (ou *não-lugar*) que o capitalismo impõe ao negro é, para o branco, legitimar o seu poder e, para o negro, aceitar o isolamento social, econômico, político, espacial e cultural a que foi historicamente submetido.

Esse lugar natural posiciona socialmente o homem e a mulher negra em espaços diferentes, pois ao homem negro coube historicamente apenas o papel de força de trabalho escravo, enquanto que a postura dos senhores em relação à mulher negra variava de acordo com o que lhes era conveniente: em alguns momentos, elas eram desprovidas de gênero, servindo de força de trabalho escravo, trabalhando como os homens; e, em outros momentos, serviam de fêmeas, sendo exploradas sexualmente, punidas e reprimidas (DAVIS, 2016). Nas palavras de Tokita (2013), as mulheres negras eram corpos marcados ou para o trabalho (neste sentido, o trabalho informal e mal remunerado), ou para satisfação sexual (a “mulata”). Davis (2016) aponta que esse papel da mulher negra se ampliou ainda mais quando da abolição do tráfico internacional de escravos, pois houve um impacto na crescente indústria de algodão que era sustentada pelo trabalho escravo. Diante disso, a mulher negra passou a servir de reprodutora, sendo valorizada a sua fertilidade como forma de garantir a ampliação da força de trabalho escrava. Ressalte-se que seus filhos eram vendidos como objetos de valor, sendo considerados apenas bezerros ou potros recém-nascidos.

Ainda após a assinatura da Lei Áurea, a mulher negra continuou em seu lugar de abandono social, em um cenário onde, apesar de liberta, continuou excluída da lógica social e econômica do país, sem lugar, sem trabalho, sem nenhum tipo de assistência por parte do estado para minimamente reparar os mais 300 anos de escravidão, cabendo a ela, portanto, três *não lugares* sociais: ser mulher, ser negra e ser pobre (TOKITA, 2013). É um isolamento que constitui um produto dinâmico do tratamento dado às minorias raciais e étnicas no sistema capitalista, o que reforça a incapacidade e desinteresse da ordem social de integrar e reconstruir uma sociedade igualitária (FERNANDES, 1972). Somando-se à condição do não lugar, à discriminação e ao preconceito pela cor e pelo gênero, o que se tem é uma subcategoria de mulheres que são as mais vitimizadas pela opressão machista e racista, são violentadas mental, física e espiritualmente todos os dias e que se sentem impotentes para mudar sua condição de vida, se mantendo silenciosas, sem protesto organizado, sem fúria ou raiva coletivas, aceitando sua sina na vida sem questionamento visível (hooks, 2015).

É um silêncio que permanece sem incomodar a ordem social vigente. Mesmo diante da abolição da escravidão, as mulheres negras permaneceram à margem, excluídas e despossuídas de trabalho; para elas, sempre restaram poucas opções - inicialmente ou permaneciam nas fazendas que já trabalhavam, ou arriscariam a vida em outros locais, sem a certeza de ter oportunidades de trabalho. Estas, quando conseguiam, eram serviços com baixa remuneração e precários. A desigualdade entre negros e não-negros no mercado de trabalho se manifesta até os dias atuais em aspectos dos mais variados, seja o tipo de trabalho que executam, seja no cargo em que são colocados, na porcentagem de desempregados, no salário que recebem, no grau de formalização da ocupação, no grau de precariedade a que estão submetidos e na taxa de trabalho infantil.

Essa realidade elimina a população negra de várias formas, seja através do genocídio no sentido físico seja no sentido simbólico, seja através do encarceramento em massa do negro, do *apartheid* brasileiro, da exclusão territorial, da invisibilidade, da marginalização das religiões e da cultura afro, do epistemicídio que retira do negro o seu lugar de fala, a sua possibilidade de produzir conhecimento a respeito da sua própria história. E quando o negro encontra algum espaço de fala, a mulher negra não está lá representada. Mulheres negras como Sueli Carneiro, Lélia González, bell hooks, Angela Davis, Audre Lorde, Neuza Santos, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Grada

Kilomba são deixadas de fora das discussões acadêmicas, não são autorizadas a falar, porque existe hierarquia também no direito à fala.

Essa realidade no contexto brasileiro é ainda mais gritante do que na África do Sul e nos Estados Unidos, porque o *Apartheid* na África do Sul e a segregação social nos EUA dividem diretamente e formalmente brancos e pretos nos espaços, ao passo que, no Brasil, conforme aponta DaMatta (1986), entre preto e branco há um conjunto variado de categorias intermediárias, em que o mulato é a cristalização perfeita. Em associação com os três espaços sagrados críticos da cosmologia católica romana, o autor remete o branco, o negro e o mulato ao paraíso, inferno e purgatório, respectivamente. O mulato seria o intermediário, que foi gerado no contexto brasileiro como forma de higienizar a população brasileira, abrandando a “pretice”, “limpando o espaço”, sugerindo uma democracia racial que, em vez de promover igualdade, torna enorme e vantajosa a invisibilidade do negro e a dificuldade de enfrentar um racismo que é estrutural, mas que se esconde por trás de uma tradição igualitária (DAMATTA, 1986).

Nas palavras de Abdias Nascimento (2016), o mito da democracia racial surgiu como uma estratégia do branco para tirar a “mancha negra” da sociedade brasileira através do estupro da mulher negra por parte do homem branco, dando origem ao sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno. Desde a escravidão, os indivíduos de sangue misto passaram a exercer trabalhos de confiança dos senhores, sendo capitão-de-mato, feitor, dentre outros. Assim, os cargos de confiança estariam mais brancos, ou menos negros, ou mais claros, dando um ar de higiene, “abrandando” as características fenotípicas e ainda dando a noção de conquista de espaços por parte do negro, reforçando a ideia de democracia racial.

O mito da democracia racial, inaugurado no Brasil por Gilberto Freyre (1973), em *Casa-Grande & Senzala*, trouxe a ideia de não haver discrepâncias entre pessoas de diferentes raças, criou a imagem de uma perfeita harmonia, um paraíso racial, tornando o Brasil uma referência para outros países. Passou a ser comparado com países da África e com os Estados Unidos, onde, por exemplo, existiam leis que privavam os negros de frequentar os mesmos espaços que os brancos, enquanto que no Brasil a miscigenação trouxe a ideia de que eles conviviam harmonicamente, sem desigualdades sociais. Isso possibilitou a invisibilização das práticas racistas, apaga a violência sofrida pelos negros diariamente mesmo após o fim da escravidão, facilita a exclusão da população negra de espaços privilegiados, ou de poder, sem decretar através de leis,

como nos EUA. Assim, de forma sutil, as desigualdades de raça foram institucionalizadas e naturalizadas.

Florestan Fernandes foi um dos estudiosos que se opôs à ideia da democracia racial, mostrando que é um mito que fomentou outros mitos para enfeitar a realidade, e que o negro e o mulato acreditaram e partilham desses mitos, endossando as formas existentes de desigualdades (FERNANDES, 1972). Pobreza, encarceramento, vulnerabilidade, marginalidade, indigência, trabalho precário, educação precária, favela, fome têm raça, gênero e classe no Brasil: a raça é a negra, o gênero é o feminino e a classe é a baixa. Há que se forjar, portanto, mudanças estruturais no sistema; é necessário um regime político, econômico, cultural e social que proporcione igualdade de raças, gêneros e classes em todos os âmbitos.

A busca por maior empoderamento e direitos iguais nas relações de gênero gera uma nova ideologia multifacetária dos diversos agentes de ambientes sociais. É fundamental uma gestão transversal que reorganize a estrutura institucional vigente, machista, racista, classista e segregadora, e se transforme em uma ideologia de base horizontal, na qual todos os indivíduos compartilhem dos mesmos direitos e deveres, equiparando-se grupos historicamente excluídos.

A transversalidade no contexto de trabalho une diversos campos de saber de forma multidisciplinar e democrática em busca de uma maior igualdade dentro das instituições, trazendo as desigualdades sociais para tomadas de decisões nas ações de base (SILVA, 2011). A adoção de uma gestão transversal proporcionaria uma melhoria no corpo social, fundamental para a superação de problemas que reverberam nas diferentes esferas da vida do indivíduo.

São necessárias, para isso, mudanças na tríplice estrutura de dominação da sociedade brasileira, transformações na lógica de reprodução do capital, a fim de que as desigualdades, a exclusão, a exploração, a opressão, a violência, a marginalização, a vulnerabilidade, que caracterizam o sistema capitalista patriarcal colonial, sejam dizimadas e repensadas. Há que considerar, para além de um movimento político de esquerda que leva em conta a classe, a intersecção de movimentos, como o feminista e o LGBT, que incorporam o gênero, e o movimento negro, que põe em cena a raça, já que falar de raça e de gênero é automaticamente falar de classe no Brasil.

Para uma transformação da lógica capitalista patriarcal e colonial são necessárias micropolíticas por parte das minorias ativas, conforme pensadas por Moscovici (1961).

É fundamental que, frente ao contexto de retrocesso, essas minorias se fortaleçam ainda mais, assumindo uma ação transformadora, em prol da defesa de seus direitos, criando estratégias e táticas de ação que possibilitem sair da condição de objetos oprimidos, excluídos e violentados, para a de sujeitos com direitos, cidadãos críticos, desejantes, inquietos e descontentes, que questionam a lógica hegemônica e são protagonistas de sua história.

Em relação à mulher negra, a mais afetada pela tríplice estrutura de dominação de um sistema capitalista, patriarcal e colonial, é necessário retirar as máscaras brancas das peles negras (FANON, 2008), romper o silêncio que impede o sujeito negro de revelar as verdades que o mestre branco quer deixar invisíveis e “quietas”, desviando-se e mantendo à distância, nas margens, não reconhecendo, pois, o conhecimento do não-branco (KILOMBA, 2019). Nesse sentido, romper o silêncio é ser ouvido; é, portanto, pertencer. É, conforme aponta Audre Lorde (2013), fazer os usos da raiva, raiva do silêncio a que fomos submetidas historicamente, da exclusão, dos privilégios não questionados, das discriminações, das distorções raciais, dos maus tratos, da violência, estereotipização, da defensividade, má nomeação, traição, e captação. É, por fim, viver do amor, conforme aponta hooks (2015), superando o auto-ódio internalizado a partir do ódio do branco e se disponibilizando a amar a si mesma e ao outro, pois o amor é ético, estético e político e pode gerar transformação e revolução.

## **Referências**

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 12 anos. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p.537-572, set./dez, 2007.
- CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos feministas*, v. 12, n. 1, p. 47, 2004.

- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1972.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 16. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve histórico do movimento feminista no Brasil*. Disponível em: <http://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf> Acessado em: 03 de junho de 2019, 2015.
- GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Editora Marco Zero, 1982.
- IBGE. Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho. Disponível em : <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho.html> Acessado em 03 de agosto de 2019, 2016.
- hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.16. Brasília, p. 193-210, 2015.
- hooks, bell. *Vivendo de amor*. In: Geledes, s/p. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/> Acessado em 29 de setembro de 2019, 2010.
- KILOMBA, Grada. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LORDE, Audre. *Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo*. In Geledes, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-usos-da-raiva-mulheres-respondendo-ao-racismo/> Acessado em 29 de setembro de 2019, 2013.
- MARX, Karl Heinrich.; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Editora Rocket Edition, 1848.
- MOSCOVICI, Serge. *Psicologia de las Minorias Activas*. Madrid: Morata, 1981.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2015a.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018b.
- SOUZA, Neuza Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SILVA, Tatiana Dias. Gestão da transversalidade em políticas públicas. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD). Rio de Janeiro, v. 131, 2011.

TOKITA, Márcia. Figueiredo. Mulheres negras. *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina* “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, 2013.

Carla Fernanda de Lima  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba  
E-mail: [carlafermandadelima@gmail.com](mailto:carlafermandadelima@gmail.com)

Thiago Firmo de Oliveira  
E-mail: [thiagofirmonat@gmail.com](mailto:thiagofirmonat@gmail.com)

Monalisa Pontes Xavier  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba  
E-mail: [monalisapx@yahoo.com.br](mailto:monalisapx@yahoo.com.br)

Guilherme Augusto Souza Prado  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba  
E-mail: [guispra@gmail.com](mailto:guispra@gmail.com)